

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Considerações sobre logística ao final da Guerra do Paraguai -1868-1870

Braz Batista Vas¹

Resumo: Este trabalho visa apresentar alguns aspectos da estrutura material e logística utilizada pelas forças militares brasileiras, em especial as forças terrestres, que compreendiam o Exército de linha, voluntários da pátria, guardas nacionais e milicianos, nos anos finais da guerra, qual seja entre 1868 e 1870, como elemento de suma importância para a dinâmica político-militar do conflito que ficou conhecido como Guerra do Paraguai, que teve seu início em 1864 e terminou em 1870, abordando temas como a utilização e compra de armamentos.

Palavras-Chave: Guerra do Paraguai, Exército, Logística.

Abstract: This work seeks to present some aspects of the material structure and logistics used by the Brazilian military forces, especially the terrestrial forces, that they understood the line Army, volunteers of the homeland, national guards and militiamen, in the final years of the war, which is between 1868 and 1870, as element of addition importance for the political-military dynamics of the conflict that was known as War of Paraguay, that had her beginning in 1864 and it finished in 1870, approaching themes as the use and purchase of armaments.

Word-key: War of Paraguay, Army, Logistics.

O pensamento e as reflexões sobre a guerra deram um enorme salto qualitativo ao longo do século XIX devido principalmente às novidades tecnológicas. O Brasil, mesmo estando na periferia dos avanços tecnológicos do período, mesmo amargando um sintomático estado de deterioração de sua frágil instituição militar, se beneficiou amplamente desse processo, sempre de maneira atrasada, mas com o devido proveito para o seu lento desenvolvimento.

As distâncias e as dificuldades de comunicação, em especial no que diz respeito à logística militar, só começaram a ser resolvidas a partir do final do século XIX. Com a influência de fatores como a dinâmica político-econômica que vigorava com ares liberais, frente às necessidades do capitalismo industrial europeu, o esforço, qualquer esforço modernizador de países, especificamente os da América do Sul, recém saídos dos embaraços coloniais, eram imensamente mais difíceis e complicados de serem postos em prática.

¹ Doutorando em História pela UNESP – Campus de Franca; Professor Assistente de História da América da UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus de Araguaína.

Os exércitos sul-americanos tinham sua manutenção encarecida não somente pelos custos financeiros, mas principalmente pela estrutura orgânica de suas sociedades mantenedoras. As emergentes nações platinas, com suas tendências centralizadoras, personalistas e oligárquicas, faziam uso do aparato militar privilegiando as suas características repressivas, com vistas à manutenção do *status quo* colonial, mais que uma estratégia defensiva-dissuasiva para as ameaças externas.

O Império, em razão da guerra, procurou buscar a maior quantidade possível de informações sobre a organização e funcionamento de outras forças militares estrangeiras, o que contribuiu para sistematizar os estudos sobre os exércitos e a guerra, assim como a “assimilação” de novas idéias junto a uma parte da oficialidade. A oficialidade do Exército brasileiro se mostrava bastante heterogênea quanto às ideologias políticas e a forma de pensar a estrutura do aparato militar, herdada dos idos coloniais. Uma parte se apegava ao tradicionalismo da organização militar e outra absorvia a lógica da eficiência, resultante da equação “modernização igual à profissionalização”.

O Estado Imperial brasileiro, não muito diferente do Brasil colonial, diante dos avanços globais se preocupava em “importar” sempre os melhores modelos, principalmente os europeus, no que tange à renovação de suas instituições. A Europa era o grande mercado das novas idéias, onde as nações periféricas podiam e deveriam buscar inspiração para continuar a fazer parte do clube dos Estados civilizados. Com a instituição militar brasileira não poderia ser diferente, a inspiração vinha lentamente dos palcos europeus. O Estado imperial tratou de não deixar que essa prática sofresse algum abalo. Os modelos continuaram a ser importados, às vezes, sem a necessária adequação ao contexto nacional, fazendo-se grosseiras adaptações para viabilizar a resolução de questões técnicas.

Trata-se de um período no qual, mesmo com a sucessiva introdução de mudanças na estrutura militar ao longo do Império, visando a profissionalização da carreira através da escolarização técnica e científica dos oficiais, não se pode falar de estrutura militar com autonomia interna em relação ao Estado, sua ideologia e autonomia dependiam das flutuações políticas do Estado.

O Império, ante as dificuldades da guerra, permaneceu com instituições politicamente distintas para compor a força militar terrestre: o Exército e a Guarda Nacional. Elas passaram a disputar, cada uma a seu modo, espaço político-social. Todavia, investir num Exército nacionalmente forte, não combinava com a organização político-social extremamente elitizadas. Isto poderia abalar a distribuição de poder ao nível regional.

As disparidades entre essas duas instituições se tornaram mais gritantes à medida em que o Império, seguindo os ditames da política que convinha às elites, investiu mais e melhor, ainda que com deficiências visivelmente grandes – como por exemplo o recrutamento, a formação, o treinamento-, numa estrutura que enfatizava o aspecto repressivo-policial, extremamente descentralizado, sob o controle e conveniências civis, a fim de manter o *status quo* político-social vigente.

A aquisição de novos armamentos, a perspectiva de utilização de novas tecnologias (balões de observação, telégrafo) e a utilização de novos elementos técnicos, como um corpo de engenharia e um corpo médico devidamente organizados, representaram uma discreta modernização na estrutura do Exército. Esta terá reflexos futuros na questão da profissionalização militar e como um importante componente da mesma.

Os novos canhões raiados, com impressionante poder de fogo, fizeram parte do cotidiano de muitos soldados brasileiros que ao longo de sua vida pouco mais fizeram que cuidar de seu próprio roçado. Soldado este que, ao retornar ao Brasil trouxe muito mais que alguns nomes, por vezes algo distante, de heróis de guerra, trouxe algo muito mais importante, principalmente para o exército: a imagem de uma força militar terrestre um pouco mais digna e respeitável. No aspecto prático, uma experiência e treinamento no manuseio de artilharia pesada que dificilmente seria possível nos treinamentos comuns no Exército brasileiro.

Não só os canhões impressionaram. Fortalezas tão imponentes e robustas como a de Humaitá, barraram por um longo período uma enorme massa de combatentes aliados, sendo conquistada, relativamente num curto espaço de tempo, somente pela evacuação de seus defensores, exauridos dos meios básicos de subsistência.

Em relação aos armamentos, as necessidades da guerra fizeram com que vários tipos de armas, novas e antigas, fossem utilizadas. A maior parte dos armamentos que o Exército possuía já estava tecnologicamente ultrapassada para o período. Os avanços conseguidos ao longo da guerra civil nos Estados Unidos foram pouco aproveitados pelo Império brasileiro.

Quando o conflito começou a mostrar-se mais difícil e problemático do que inicialmente se poderia prever, o governo imperial tratou de buscar novas informações sobre os procedimentos da guerra moderna. Um exemplo disso está na troca de correspondências entre o Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra e a Legação Brasileira nos Estados Unidos. A pedido do Conde d'Eu foi solicitado, através de ofício encaminhado a Joaquim

Maria Nascentes de Azambuja, representante da Legação Brasileira nos Estados Unidos, a aquisição de qualquer obra ou publicação a respeito dos serviços internos dos corpos do Exército, Arsenais, depósitos e campos de instrução. Nestes officios, aparece também a necessidade, por parte do Império, de se informar, através de suas legações diplomáticas no exterior, sobre legislação e burocracias concernentes a pensões e compensações por perdas ou danos causados pela guerra.

As armas leves utilizadas pelas forças brasileiras compreendiam desde as armas de pederneira às armas de percussão. Uma grande parte das armas de pederneira já utilizadas até pouco depois de 1850, também foram usadas na guerra contra o Paraguai. Eram, em sua maioria, de fabricação inglesa, da casa armeira TOWER e BROWN.

A substituição das armas de pederneira foi gradual. As suas substitutas foram as armas de percussão, uma evolução da pederneira, chamadas armas fulminantes, devido a utilização de fulminato de mercúrio para inflamação da carga. Uma outra inovação foi à utilização do fuzil de agulha tipo DREYSE, alemão, reminiscência dos armamentos trazidos por mercenários alemães, contratados pelo imperador D. Pedro I para ajudar no processo de independência do Brasil. Esses fuzis constituíam o que havia de mais avançado na Europa em termos de armamentos leves, foi uma das principais armas utilizadas pelo exército prussiano até quase o final do século XIX.

A partir de 1858 o Império começou a adquirir os primeiros fuzis raiados de origem inglesa e belga, chamados aqui de MINIÉS, mesmo sendo os ingleses do tipo ENFIELD, fabricados pela casa de armeiros Barnnet. Estas armas foram bastante utilizadas ao longo da campanha contra o Paraguai. Representaram a maior parte do armamento leve utilizado pelo Brasil.

Por volta de 1868, quando a guerra começava a se aproximar do seu final, foram adquiridas então, as armas de repetição, inicialmente fuzis ROBERT'S, que por sinal, apresentou maus resultados nos testes feitos pelo Exército brasileiro devido a um problema com o cartuchame utilizado. Logo depois foram adquiridas clavinhas de repetição, modelo SPENCER, de sete cartuchos (1867), armas mais apropriadas para a cavalaria. Essas armas de repetição foram adquiridas principalmente dos Estados Unidos.

Foram utilizados ainda pistolas de pederneira ou fulminante e revólveres franceses LEFAUCHEUX. Algumas MINIÉS de anticarga e cartucho combustível foram substituídas pelas COMBLAIN, de retrocarga, com cartuchos metálicos e de repetição. Também foram compradas clavinhas WINCHESTER, de 14 cartuchos, adquiridas logo após o término da guerra com o Paraguai.

Em relação ao armamento da artilharia pesada, foram utilizados os seguintes canhões:

- Canhões de alma lisa;
- Obuses de alma lisa;
- Canhões raiados, no sistema LA HITTE, de fabricação francesa, espanhola e fabricados no arsenal da Corte;
- Canhões e balas no sistema WHITWORTH.

Boa parte desses armamentos, por si só representava uma considerável vantagem militar em relação aos armamentos paraguaios. Diferentemente dos brasileiros, argentinos e uruguaios, os paraguaios tiveram dificuldades muito maiores para adquirir novos armamentos, seja pela falta de recursos financeiros ou pela política isolacionista, inicialmente por vontade própria e depois por causa da guerra, que se converteu, posteriormente, no grande esteriótipo político-diplomático paraguaio.

A atividade industrial bélica brasileira sofreu uma expressiva melhora qualitativa e quantitativa ante as necessidades da guerra. Os laboratórios pirotécnicos do Rio de Janeiro nunca haviam produzido tanto até então. A produção de canhões foi um dos maiores desafios do Arsenal da Corte.

A estrutura para a fabricação e consertos de armamentos atingiu todo seu potencial nos Laboratórios Pirotécnicos, através do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Neste arsenal se chegou a confeccionar mais de quarenta peças de artilharia raiada no sistema La Hitte – sistema de armas francês que tinha calibres e potência específica -, quatro morteiros de bronze, projetis, pólvora, explosivos, lanternetas² (nos combates também chamadas “cachos-de-uva” ou “shrapnels”), granadas de mão, espoletas, massa inflamável (conhecida popularmente durante a guerra como “racha-fogo”, antecedentes dos atuais lança chamas), peças de reposição e manutenção da artilharia. A fábrica de armas da Conceição recuperou cerca de cento e trinta mil carabinas e espingardas do tipo Minié – francesa; a fábrica de Estrela chegou a produzir cerca de cento e vinte cinco mil quilos de pólvora.

O Brasil já dispunha de armamentos bastante diversificados, como, por exemplo, dos canhões e obuses da artilharia, específicos para ações de sítio, de montanhas e para avanços rápidos. Para a construção de canhões, o Arsenal de Guerra utilizou como modelos os

² Lanterneta, também conhecida como metralha, caixa cilíndrica cheia de balas ou fragmentos de ferro que se dispersam no momento da explosão do projétil, empregada para o tiro de metralha em canhões.

canhões espanhóis. Estes mesmos canhões espanhóis vieram a ser bastante aperfeiçoados pelos franceses pouquíssimo tempo depois. Para a confecção das granadas, conhecidas como lanternetas ou shapnel (este último nome, em homenagem a seu inventor, um tenente inglês chamado Henry Shapnel) foram utilizados os modelos franceses. Chegou-se inclusive a montar um arsenal mais próximo ao teatro de operações militares, na Ilha de Cerrito, no rio Paraná, perto da confluência com o rio Paraguai. Era uma espécie de base avançada, que complementava a produção do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.

O armamento leve utilizado pelos soldados durante a guerra estava constituído por espingarda ou fuzil com baioneta para os corpos de fuzileiros, carabinas com sabre-baioneta para os caçadores, mosquetões para os artilheiros e engenheiros, clavina, pistola, espada e lança para a cavalaria e, geralmente, para os oficiais, revólveres franceses de seis tiros calibre 12.

Tendo em vista que a maior parte dos armamentos brasileiros ainda era de carregar pela boca, o governo imperial chegou a comprar, dos Estados Unidos, quase no final da guerra, cerca de cinco mil espingardas de carregar pela culatra, modelo Robert's, para infantaria, e duas mil clavinas, também de carregar pela culatra, modelo Spencer, para cavalaria. As clavinas, assim que chegaram ao Brasil, foram enviadas para as frentes de batalha, já as espingardas, das cinco mil que chegaram apenas mil foram utilizadas devido a problemas com o cartuchame próprio a essas armas.

Mesmo se caracterizando por ser uma guerra com fartos componentes de modernidade tecnológica, as armas de fogo ofensivas conviviam ainda com a utilização constante, e tradicional, de armas brancas defensivas³, como espadins, sabres, punhais, lanças, e sabre-baionetas. A tradicional utilização da lança como uma das armas primordiais da cavalaria coexistiu, na guerra contra o Paraguai, com a utilização da clavina, um tipo de rifle próprio para a cavalaria, por ser mais curto e de fácil manejo. Os lanceiros ainda eram peças importantes tanto na cavalaria quanto na infantaria. Porém, nos combates de entrenchamento, nas disputas de habilidade da fuzilaria com canhões onde o inimigo permanecia distante, as armas de acutilamento perdiam quase que completamente a sua serventia defensiva primordial, passando a figurar como instrumentos complementares.

³ REIS, J. C. dos. *Noções da arte da armaria*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1962.

A dificuldade na compra e utilização de armas de fogo, às vezes por mínimas questões técnicas, está expressa num dos Relatórios da Repartição dos Negócios da Guerra, que diz:

A promiscuidade das armas de fogo dos dous modelos, o nosso e o inglez, no armamento do nosso exercito, motivada na occasião em que teve lugar a admissão do segundo modelo, pela dificuldade de obter-se de prompto por encomenda todo o armamento preciso para as forças com que contávamos, não deixou de produzir, apesar da insignificante diferença entre os dous calibres, o inconveniente que logo notou-se e tratou-se de obviar. Foi que, tendo preparado munição expressa para umas e outras, aconteceu algumas vezes confundir-se o cartuxame, empregar-se nas armas inglezas de 14,66 o que se destinava ás nossas de 14,8, e, em consequencia de ser a bala das segundas um pouco mais reforçada do que a das primeiras, dificultar-se por tal fôrma a introducção do cartuxo nestas que, depois de muito poucos tiros, tornava-se o seu carregamento impraticável⁴.

Nesse mesmo relatório de 1868, o Exército oficializa dispor dos seguintes tipos de canhões⁵:

- Antigas peças de alma lisa, de bronze e de ferro, dos calibres 1, 3, 6, 9, 12, 18, 24, 30, 32 e 36;
 - Caronadas dos calibres 3, 6, 9, 12, 18, 24 e 36;
 - Canhões lisos, de bronze, de 9, alargados em 12 e raiados;
 - Canhões Parrot, de 100;
 - Canhões Whitworth de 32, 70 e 120;
 - Canhões-obuses ou Paixhans de 68 e 80;
 - Obuses de 5½, 6 e 10 polegadas;
- Na classe artilharia de sítio:
- Canhões Whitworth de 32;
 - Canhões raiados de 12;
 - Obuses de 4½ e 5½ polegadas;
 - Morteiros de 15, 22, 27 e 32 centímetros;
- Na classe artilharia de campanha:
- Canhões raiados de 4, 6 e 12;
 - Obuses de 4½ e 5½ polegadas;
 - Canhões-obuses de 4 polegadas (conhecidos entre os militares como general João Paulo, seu idealizador).

⁴ Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra, Arquivo Histórico do Exército, 1868, pág. 16.

⁵ É necessário lembrar que naquele período, não havia uma padronização confiável no que diz respeito aos calibres das armas e munições, havendo, portanto, muitas variações de país para país.

A maioria desses canhões ainda utilizava os projetis esféricos, diversificados conforme seu emprego, tais como balas rasas, balas ocas, granadas e bombas. Alguns já utilizavam munição cilíndrica, servindo para o tiro de metralha, como por exemplo, a lanterna e a pirâmide. Os canhões raiados utilizavam somente a munição cilíndrico-ogival, entretanto, a utilização dessa munição cilíndrico-ogival, por ter sua fabricação feita por particulares, dificultava ao Exército o controle de sua qualidade, apresentando defeitos de fabricação no início de seu processo de aquisição.

O armamento precário inviabilizava uma maior rapidez no desenvolvimento de uma batalha. A geografia contribuía para agravar a situação. Combater em terreno pantanoso ou com tempo chuvoso restringia muito a utilização e a eficiência das armas de pederneira. Todo armamento leve, como rifles e fuzis de carregar pela boca, demandava um tempo de recarregamento por demais longo, sendo substituído aos poucos, pelo armamento de percussão de carregar pela culatra.

Em relação à engenharia e à artilharia, algumas pequenas modificações estruturais seriam responsáveis por um considerável avanço em termos de manobrabilidade e eficiência técnica dos quadros do Exército, dinamizando o aparato logístico do mesmo.

A criação, em 1858, da *Comissão para o melhoramento dos materiais do Exército* foi o primeiro passo na tentativa de modernizar e reequipar materialmente o Exército. Entretanto, como ocorria em boa parte da burocracia imperial, o funcionamento da máquina estatal era extremamente lento, sem contar o tempo realmente necessário para a Comissão analisar, por exemplo, a compra de um novo tipo de armamento. Era um processo extremamente demorado, que começava pelo contato com os fabricantes, a aquisição de armamentos para testes, os testes propriamente ditos e o pedido de compra, por parte do Exército, quando o armamento era aprovado pelo Ministério da Repartição dos Negócios da Guerra.

Esta comissão, portanto, ficou encarregada de analisar tudo que dizia respeito ao suporte material do Exército, como reformas em quartéis, construção de fortalezas, manutenção dos arsenais e teste de armamentos e munições a serem adquiridos ou reformados. Eram atribuições extremamente amplas e que, na maioria dos casos, demandava um longo período de exames e considerações.

Em função da guerra, os investimentos em artilharia aumentaram consideravelmente. Canhões franceses e espanhóis foram adquiridos. A estrutura para a fabricação e consertos de armamentos atingiu todo seu potencial nos Laboratórios

Pirotécnicos, através do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. A fábrica de armas da Conceição recuperava armamentos; a fábrica de Estrela cuidava da produção de pólvora.

Para a Marinha foram comprados monitores, barcos de pouco calado e alto poder de fogo. O Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro reparou cascos e máquinas de vários navios, construiu três encouraçados, um dos quais em menos de cinco meses; construiu cinco monitores e duas bombardeiras. Mas, um dos principais entraves que Caxias tentou superar foi transformar o “capitão-estancieiro”⁶ e sua tropa irregular de “soldados-peões”⁷, tomando como exemplo os militares riograndenses, em tropas hierarquicamente ordenadas e disciplinadas.

A problemática da logística empregada na Guerra Grande é um dos elementos mais desafiadores para a jovem e a antiga oficialidade brasileira, boa parte da qual se punha em armas pela primeira vez. Em primeiro lugar, advertimos que não é possível considerar o termo “logística” naquele contexto da mesma forma como se entende hoje. A técnica militar em meados do século XIX nas plagas sul-americanas ainda caminhava lentamente rumo a um ponto de eficiência máxima, que era tornar os exércitos sul-americanos tão eficientes quanto os europeus. Isso, entretanto, despendia tempo e investimentos em larga escala nas forças militares, investimentos que começariam pela educação, passariam pela equipagem material para terminar com a sua profissionalização.

A grande exceção ao quadro de estagnação que enfrentava o Exército era a Marinha. Sólida instituição, de ampla tradição aristocrática, sempre contava com efetivos bem treinados, com soldados oriundos também da base da pirâmide social e de oficiais da elite imperial. Sua disciplina e hierarquia eram mantidas à base de violentos castigos corporais, práticas não muito diferentes de outras marinhas européias.

O primeiro grande problema em relação às forças militares de linha brasileiras estava na sua oficialidade, em sua maior parte mal formada e mantenedora de vários ranços coloniais, diga-se dignos representantes de um conservadorismo militar brasileiro colonial. Militares que viam a condução de uma guerra como uma realização estética, a “arte da guerra”, por não crerem na total eficiência da racionalidade científica que começava a ser empregada às lides militares. Apenas uma parte dessa oficialidade estava em contato com os novos ânimos e idéias de como deveria atuar um corpo militar profissional. Esse núcleo

⁶ Entende-se por capitão-estancieiro o caudilho que controlava a política e a economia locais e reunia em torno de si grupos milicianos que eram comandados pessoalmente.

⁷ Soldados-peões eram, na maioria dos casos, trabalhadores das fazendas de grandes caudilhos.

profissional⁸ do exército foi um dos responsáveis por algumas novas facetas da guerra, entre elas, principalmente, a superação do labor belicoso enquanto “arte da guerra” para aproximar-se de um enquadramento voltado para um certo rigor científico. Em função dessa nova perspectiva, tornar-se-ia cada vez mais necessário o aperfeiçoamento do homem de armas segundo rigores e métodos objetivos na consecução de um plano operacional. Tratou-se, portanto, de um momento de superação da teogonia militar brasileira, inepta para conflitos de grande escala, desnorteada no restrito cosmo político imperial e displicente no trato social com o que deveria ser a sua base de sustentação, a soldadesca.

O planejamento da guerra em si seguiu o mesmo padrão de organização das forças militares brasileiras, com grande propensão à improvisação e à limitação estrutural-funcional das forças postas em operação.

As melhorias quanto a estrutura logística e utilização de novos equipamentos só conheceram uma melhora substancial a partir de 1868. De 1868 a 1870 as forças brasileiras terrestres já haviam chegado a um nível razoável de experiência prática quanto ao emprego tático da estrutura que lhes era disponibilizada. Novos armamentos começaram a chegar somente no final do conflito e algumas novas armas adquiridas pelo Império, a exemplo de alguns modelos comprados dos Estados Unidos, sequer chegaram a ser utilizados na Guerra do Paraguai.

⁸ Para uma discussão mais específica ver IZECKSON, Vitor. *O cerne da discórdia: A Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.